

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 4

Atena
Editora
Ano 2020

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 4

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural 4 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-30-6

DOI 10.22533/at.ed.306201302

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação – Inclusão social. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 370.710981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Brinquedo que for dado, criança brinca
brincando com fardado, criança grita
mas se leva pro sarau, a criança rima
(Carnevalli, Rafael, 2015)

A Educação, nas suas diversas dimensões, seja política, cultural, social ou pedagógica, é articular, acompanhar, intervir e executar e o desempenho do aluno/cidadão. As dimensões pedagógicas são capazes de criar e desenvolver sua identidade, de acordo com o seu espaço cultural, pois possuem um conjunto de normas, valores, crenças, sentimentos e ideais. Sobretudo, na maneira de conhecer as pessoas e conhecer o mundo, suas expressões criativas, tudo isto, é um espaço aberto para o desenvolvimento de uma Proposta Pedagógica adequada à escola e de acordo com o disposto na Lei no 9394/96, Título II, Art. 2o: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Diante das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, a escola vem sendo questionada acerca do seu papel nesta sociedade, a qual exige um novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, capaz de pensar e aprender constantemente, que atenda as demandas dinâmicas que se diversificam em quantidade e qualidade. A escola deve também desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Para isso ela deve articular o saber para o mundo do trabalho e o saber para o mundo das relações sociais. No seu âmbito mais amplo, são questões que buscam apreender a função social dos diversos processos educativos na produção e reprodução das relações sociais. No plano mais específico, tratam das relações entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e a divisão do trabalho, a produção e a reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana. Nesta nova realidade mundial denominada por estudiosos como sociedade do conhecimento não se aprende como antes, no modelo de pedagogia do trabalho taylorista / fordista fundadas na divisão entre o pensamento e ação, na fragmentação de conteúdos e na memorização, em que o livro didático era responsável pela qualidade do trabalho escolar. Hoje se aprende na rua, na televisão, no computador em qualquer lugar. Ou seja, ampliaram-se os espaços educativos, o que não significa o fim da escola, mas que esta deve se reestruturar de forma a atender as demandas das transformações do mundo do trabalho e seus impactos sobre a vida social. A obra “A EDUCAÇÃO EM SUAS DIMENSÕES PEDAGÓGICA, POLÍTICA,

SOCIAL E CULTURAL” em seus 04 volumes compostos por capítulos em que os autores abordam pesquisas científicas e inovações educacionais, tecnológicas aplicadas em diversas áreas da educação e dos processos de ensino. Esta obra ainda reúne discussões epistemológicas e metodológicas da pesquisa em educação, considerando perspectivas de abordagens desenvolvidas em estudos e orientações por professores da pós-graduação em educação de universidades públicas de diferentes regiões/lugares do Brasil. Essa diversidade permite aos interessados na pesquisa em educação considerando a sua diversidade e na aproximação dos textos percebe-se a polifonia de ideias de professores e alunos pesquisadores de diferentes programas formativos e instituições de ensino superior, podendo também cada leitor se perceber na condição de autor de suas escolhas e bricolagens teórico-metodológicas.

Entendemos que esses dois caminhos, apesar de diferentes, devem ser traçados simultaneamente, pois essas aprendizagens não são pré-requisito uma da outra; essas aprendizagens acontecem ao mesmo tempo. Desde pequenas, as crianças pensam sobre a leitura e a escrita quando estão imersas em um mundo onde há, com frequência, a presença desse objeto cultural. Todo indivíduo tem uma forma de contato com a língua escrita, já que ele está inserido em um mundo letrado. Segundo a educadora Telma Weiz, “a leitura e a escrita são o conteúdo central da escola e têm a função de incorporar à criança a cultura do grupo em que ela vive”. Este desafio requer trabalho planejado, constante e diário, além de conhecimento sobre as teorias e atualizações. Enfim, pode-se afirmar que um dos grandes desafios da educação brasileira hoje é não somente garantir o acesso da grande maioria das crianças e jovens à escola, mas permitir a sua permanência numa escola feita para eles, que atenda às suas reais necessidades e aspirações; é lidar com segurança e opções políticas claras diante do binômio quantidade versus qualidade. Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. (GILLES DELEUZE, A literatura e a vida. In: Crítica e Clínica)

Finalmente, uma educação de qualidade tem na escola um dos instrumentos mais eficazes de tornar-se um projeto real. A escola transforma-se quando todos os saberes se põem a serviço do aluno que aprende, quando os sem vez se fazem ouvir, revertendo à hierarquia do sistema autoritário. Esta escola torna-se, verdadeiramente popular e de qualidade e recupera a sua função social e política, capacitando os alunos das classes trabalhadoras para a participação plena na vida social, política, cultural e profissional na sociedade.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE NA ESCOLA: O MUNICÍPIO DE ITAPETINGA - BA EM DISCUSSÃO	
Murilo Marques Scaldaferrri Jamine Barros Oliveira Araújo Gabriela Sousa Rêgo Pimentel	
DOI 10.22533/at.ed.3062013021	
CAPÍTULO 2	9
POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO ESTADO DO AMAZONAS: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE REGIONAL	
Izoni de Souza Trindade Rosimeri da Silva Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.3062013022	
CAPÍTULO 3	20
PRÁTICA EDUCATIVA NO AEE: ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
Thalia Costa Medeiros Najra Danny Pereira Lima Mayanny da Silva Lima Gilma Sannyelle Silva Rocha Marcus Vinicius da Rocha Santos da Silva Maria Camila da Silva Mychelle Maria Santos de Oliveira Telma de Jesus Lima Sá Nascimento Mariangela Santana Guimarães Santos Maria Helena Rodrigues Bezerra Francidalma Soares Sousa Carvalho Filha Ana Paula Carvalho de Alencar	
DOI 10.22533/at.ed.3062013023	
CAPÍTULO 4	34
PRÁTICAS DOCENTES DE LEITURA E ESCRITA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	
Heronita Maria Dantas de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.3062013024	
CAPÍTULO 5	45
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA ALUNOS SURDOS EM UMA ESCOLA BILÍNGUE NA CIDADE DE IMPERATRIZ-MA	
Nereda Lima de Carvalho Cleres Carvalho do Nascimento Silva Hávila Sâmua Oliveira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3062013025	

CAPÍTULO 6	54
PROCESSOS DE LEITURA E ESCRITA: MOVIMENTOS DE INVENÇÃO PARA PENSAR A EDUCAÇÃO E PESQUISAS OUTRAS	
Ana Cláudia Barin Angélica Neuscharank Vivien Kelling Cardonetti	
DOI 10.22533/at.ed.3062013026	
CAPÍTULO 7	69
PROFESSORA OU TIA? IMPRESSÕES DE PROFESSORAS DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE BLUMENAU/SC	
Jessica Rautenberg Júlia Graciela de Souza Antonio José Müller	
DOI 10.22533/at.ed.3062013027	
CAPÍTULO 8	75
PROJETO PEDAGÓGICO CULTURAL: O CARÁTER <i>SUI GENERIS</i> DE UMA ESCOLA RESIDÊNCIA INOVADORA	
Mateus Geraldo Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.3062013028	
CAPÍTULO 9	95
A PROPOSTA DE REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOB O PRISMA DOS ESTÁGIOS MORAIS DE LAWRENCE KOHLBERG	
Vágner Silva da Cunha Silvana Maria Gritti	
DOI 10.22533/at.ed.3062013029	
CAPÍTULO 10	105
RECONHECENDO AS DIFERENÇAS E CRIANDO POSSIBILIDADES: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Maria Rosilene de Sena Rosélia Neres de Sena Marques Italo Rômulo Costa Da Silva Arianne Siqueira Marques Melo Tatielli Costa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.30620130210	
CAPÍTULO 11	113
RECURSOS, ANALOGIAS E ALTERNATIVAS PARA O ENSINO DO ÁTOMO QUÂNTICO NO ENSINO MÉDIO: UMA PROPOSTA DE ENCORAJAMENTO	
Danilo Cardozo Flôres Kamilla Rodrigues Rogerio	
DOI 10.22533/at.ed.30620130211	
CAPÍTULO 12	129
REDES E MÍDIAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE USO POR DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR	
Wilsa Maria Ramos	

Ravena Nóbrega Bufolo
Maria Julia Bueno Spohr
Lisa Ferreira de Miranda
Lucas Santos Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.30620130212

CAPÍTULO 13 143

REFLEXÕES NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

ANDREIA INES DILLENBURG
Aruna Noal Correa
Felipe Pedrozo Maia
Gabriel Marchesan
Mauricio Pase Quatrin
Vanderlan Dupont de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.30620130213

CAPÍTULO 14 158

**REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Mariana Lucas Mendes
Regiane Aparecida da Silva
Cristiane Maria Ribeiro
Cinthia Maria Felício

DOI 10.22533/at.ed.30620130214

CAPÍTULO 15 167

**REFLEXÕES SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE TUTORIA PARA POTENCIALIZAR AS
AÇÕES DE APRENDIZAGEM EM AMBIENTES VIRTUAIS**

Tereza Cristina Mendes Vieira
Grace Fernanda S Nunes

DOI 10.22533/at.ed.30620130215

CAPÍTULO 16 178

**RELAÇÕES ENTRE CURRÍCULO E CULTURA: UMA PERSPECTIVA A PARTIR
DOS VALORES**

Bianca Silva Martins
Denize Amorim Azevedo Mendes
Josely Ferreira Ribeiro
Vanessa Serafim da Silva

DOI 10.22533/at.ed.30620130216

CAPÍTULO 17 187

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: BREVE INCURSÃO SOBRE A LEI Nº 10.639/2003 E
SEUS DESDOBRAMENTOS NOS DISCURSOS DE DOCUMENTOS OFICIAIS**

Taylon Silva Chaves
Raquel Amorim dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.30620130217

CAPÍTULO 18	194
EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: UMA REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Débora Cristina Machado Cornélio	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
Heitor Messias Reimão de Melo	
Fernando Sabchuk Moreira	
Valquiria Nicola Bandeira	
Carlos Simão Coury Corrêa	
Andreza de Souza Fernandes	
Marilurdes Cruz Borges	
Melissa Camilo	
Monica Soares	
Vanessa Cristina Scaringi	
DOI 10.22533/at.ed.30620130218	
CAPÍTULO 19	216
REVISITANDO A POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO POR CASAIS HOMOSSEXUAIS: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E CIVIS DA PATERNIDADE HOMOPARENTAL	
Jacson Gross	
DOI 10.22533/at.ed.30620130219	
CAPÍTULO 20	226
SALA VERDE: ESPAÇO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Iomar Maria Salina da Costa	
Leonardo Villela de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.30620130220	
CAPÍTULO 21	239
SER JOVEM E VIVER A JUVENTUDE NO CAMPO: DIÁLOGOS INSURGENTES	
Delson Miranda Santos	
Jurandir de Almeida Araújo	
Deyse Luciano de Jesus Santos	
DOI 10.22533/at.ed.30620130221	
CAPÍTULO 22	253
SIMULAÇÕES COMPUTACIONAIS PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DE FÍSICA	
Cristiane Gomes Guimarães	
Suellen Cristina Moraes Marques	
Renan Júnio Miranda	
Gislayne Elisana Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.30620130222	
CAPÍTULO 23	263
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NO ENSINO DE QUÍMICA	
Eder Alonso Castro	
DOI 10.22533/at.ed.30620130223	

CAPÍTULO 24	273
TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: ANÁLISE DE UM CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA	
Carlos Erick Brito de Sousa Dionísia Fernanda Paixão Santos	
DOI 10.22533/at.ed.30620130224	
CAPÍTULO 25	286
UM OLHAR ACERCA DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) SOBRE O VIÉS DA EDUCAÇÃO	
Eliana Thomas Lima Cristina de Fátima de Oliveira Brum Augusto de Souza Lucas Capita Quarto José Fernandes Vilas Netto Tiradentes Fábio Luiz Fully Teixeira Fernanda Castro Manhães	
DOI 10.22533/at.ed.30620130225	
CAPÍTULO 26	293
A IMPORTÂNCIA DA MOTIVAÇÃO NA ESCOLA: UMA QUESTÃO VOLTADA PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO E APRENDIZAGEM AOS ALUNOS DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB	
Maria Helena de Lima Gomes e Martins Luciano de Brito Junior Maria das Graças Veloso Marinho de Almeida Veneziano Guedes de Sousa Rêgo	
DOI 10.22533/at.ed.30620130226	
CAPÍTULO 27	304
UMA VISÃO SOBRE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM CURSOS DE MÚSICA	
Obadias de Oliveira Cunha Helena de Souza Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.30620130227	
CAPÍTULO 28	313
UTILIZAÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO SOCIAL COMO FERRAMENTA DE APOIO PEDAGÓGICO E CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE EM CURSOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS DE INFORMÁTICA	
Laurentino Augusto Dantas André Carvalho Baida	
DOI 10.22533/at.ed.30620130228	
CAPÍTULO 29	324
VAMOS APRENDER A LER? DISCUTINDO ALGUNS ASPECTOS DO PROCESSO LINGUÍSTICO QUE ENVOLVE A APRENDIZAGEM DA ESCRITA	
Milena Beatriz Vicente Valentim	
DOI 10.22533/at.ed.30620130229	
SOBRE A ORGANIZADORA	338
ÍNDICE REMISSIVO	339

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO ESTADO DO AMAZONAS: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE REGIONAL

Data de aceite: 31/01/2020

Izoni de Souza Trindade

Professora vinculada a Secretaria Municipal de Educação em Humaitá-AM
izoni.trindade@gmail.com

Rosimeri da Silva Pereira

Docente do Departamento de Fundamentos da Educação /DFE/CCH/UNIRIO -Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
rosimerisp@yahoo.com.br

* Artigo revisado e ampliado tendo por base uma comunicação que realizamos na I Jornada do HISTEDBR – Educação e Marxismo, sediada entre os dias 11 e 13 de Outubro de 2017 na UNIR – Universidade Federal de Rondônia. A esse respeito ver artigo publicado nos Anais do referido evento.

RESUMO: Investigação desenvolvida no ano de 2016 com vistas a um estudo exploratório sobre as especificidades do Programa de Formação de Profissionais da Educação Pública (PFPEP), historicamente determinado no âmbito das Políticas Educacionais implementadas no Estado do Amazonas a partir de 2011 com vistas a melhoria da qualidade de ensino regional. Tal estudo nos revela que tanto a formação inicial quanto a capacitação em serviço embora façam parte de etapas diferentes no processo de qualificação dos servidores, ambos corroboram, se articulam e complementam no tocante a profissionalização, a atualização e a

preparação permanente do ofício docente, por outro lado vale observar que a formação em serviço, não é o único fator que proporciona melhoria ao processo educacional, pois as condições adequadas de trabalho, experiência docente, recursos pedagógicos e qualidade do salário também determinam fundamentalmente a qualificação deste complexo processo.

PALAVRAS-CHAVE: Formação em Serviço, Políticas de Formação Continuada, Educação de Qualidade.

POR UMA INTRODUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA

Mediado pelo franco avanço científico e tecnológico, vivemos num momento onde Novas Habilidades e Competências, seja da Informação ou da Comunicação, do Conhecimento, do Ensino e da Aprendizagem são rigorosamente exigidas do corpo docente pela sociedade atual. Nesse sentido, faz-se necessário que a formação continuada de professores seja periódica e não se resuma em uma atividade exclusivamente técnica, nesse sentido por meio da análise do “Programa de Formação de Profissionais da Educação Pública” (PFPEP), o nosso trabalho se pauta na possibilidade de tentar compreender as

práticas de formação continuada destinadas aos profissionais da educação básica que recém-ingressaram na rede estadual de educação do Amazonas, bem como sua contribuição na melhoria da qualidade do ensino. Desse modo, delimitamos a pesquisa bibliográfica e documental como recurso metodológico com a finalidade de compreender as especificidades do modo de funcionamento do referido Programa de formação destinados aos profissionais exclusivamente em Estágio Probatório entre os anos de 2011 e 2016.

METODOLOGIA

Na visão marxiana o homem constrói a sua história, no entanto, é condicionado pelas ações do meio, se relacionando com pautas e situações diferenciadas num contexto social, político e econômico estruturado por classes antagônicas. Por outro lado, tal visão, ressalta a relevância de buscarmos uma nova sociedade, onde todos tenham a possibilidade de desenvolver seu pleno e franco potencial, em diferentes aspectos. Nesse sentido, pensamos que a realidade sócio-histórica influencia o modo de agir em diferentes ambientes, sendo que podemos realizar transformações, conforme ações concretas e reflexivas sobre o modo de funcionamento do mundo que vivemos. (MINAYO, 2010). Nesse sentido tal trabalho de investigação se pauta na possibilidade de refletir sobre os processos de formação continuada com intuito de investigar a multifacetada, contraditória e complexa realidade da qualificação docente no entre os anos de 2011 a 2016 no Estado do Amazonas, visto que mudanças significativas na qualidade do ensino público estão articuladas a diversos fatores dentre eles o da formação de profissionais que nele atuam.

Nesse sentido, observamos, como bem declara Demo (1985, p. 24), que o confronto teórico crítico é condição fundamental de aprofundamento da pesquisa para se superar níveis apenas descritivos, repetitivos, dispersivos e apresentar penetrações originais. Hoje especialmente questiona-se o tipo de método utilizado nas investigações educativas e a forma de abordar os diferentes problemas; questiona-se a investigação empírica por privilegiar só algumas formas de verificar a multifacetária e contraditória realidade educativa; e coloca-se a necessidade de uma reflexão sobre o contexto da investigação de onde se obtém seu sentido. (GAMBOA, 2012, p. 25).

O método quando escolhido para guiar a pesquisa social é capaz de fazer compreender uma realidade que por ser embasada em diferentes contextos não é neutra e sofre diferentes influências, tanto internas como externas. Portanto, tudo que existe no mundo é capaz de sofrer modificações por estar entrelaçado em contradições diversas.

O conhecimento acerca do que está sendo estudado, ou seja, a natureza

do objeto pesquisado precisa ser compreendida de forma explícita, uma vez que apreender o real é tarefa árdua e exige um método capaz de subsidiar a leitura além do que se pode enxergar, por ser o mundo um complexo de coisas não acabadas.

Na visão do Materialismo Histórico-Dialético os elementos contraditórios que norteiam a realidade social precisam ser identificados, o que implica na possibilidade de uma “apropriação em pormenor” da realidade estudada, e neste caso é a análise que colocará em evidência as relações internas, de cada elemento em si. Através do método dialético o fenômeno ou coisa estudada apresenta-se ao leitor de tal forma que ele o apreenda em sua totalidade”. (GADOTTI, 1986, p. 31).

Na perspectiva acima as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver e neste caso o fim de um processo é sempre o começo de outro. (Marconi e Lakatos, 2010, p. 83). No caso da Educação, amparados por uma visão dialética, podemos refletir de forma crítica sobre o mundo no qual estamos inseridos, a partir daí começamos a questionar sobre a relação que o objeto de estudo possui com as constantes mudanças no âmbito escolar e assim tentar compreender as ideologias presente nas relações interpostas.

Teixeira (2010, p.132) nos lembra que o enfoque crítico-dialético percebe o homem como ser social e histórico, determinado pelos múltiplos contextos sendo responsável simultaneamente pela criação e transformação da realidade. Educá-lo é formá-lo socialmente”. Pelo fato de que o ser social e histórico vivencia diferentes fatores, tanto sociais, quanto econômicos e políticos é que deve ser oportunizado com a compreensão sobre o momento vivido e as relações históricas que influenciaram/ influenciam tal processo, através de conhecimentos relevantes.

Com esta investigação visamos indagar e construir um mapa analítico sobre a Política de Formação Continuada instaurada entre os anos de 2011 e 2016 visando suscitar um amplo debate proporcionando novos caminhos de investigação e principalmente de transformação. Nesse sentido pautados, nosso objetivo se figura pelo desafio de localizar dados e informações oficiais que expressem indícios capazes de compor uma reflexão sobre a formação continuada amazonense tendo por base os recentes parâmetros previstos na Resolução n.2 de 1º de julho de 2015 do Conselho Nacional de Educação (CNE) bem como a Instrução Normativa de nº 004/2012 da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC) que de certo modo evidenciam os novos rumos das políticas públicas educacionais, atentas às exigências de parâmetros nacionais de avaliação e qualidade da educação brasileira. Além do reconhecimento dos parâmetros oficiais a investigação se pauta na possibilidade de compreender a gênese e o teor do curso de formação em serviço vinculado ao PFPEP sob determinação da Instrução Normativa de nº 004/2012 de autoria da SEDUC.

RESULTADOS

Foi objeto central neste trabalho nos atentarmos para uma análise detida e uma reflexão aprofundada sobre as especificidades do Programa de Formação de Profissionais da Educação Pública (PFPEP) frente aos novos rumos das políticas públicas de formação continuada tanto daqueles observadas pelo governo do Estado do Amazonas quanto daquelas decretadas pelo governo federal ao longo Nesse sentido identificamos um movimento de preocupação e, portanto, de monitoramento da formação daqueles que ingressaram na rede a partir de 2011.

Sabendo-se que a educação não é estática, mas sim condicionada por fatores externos e internos, tais como, político, econômico e social, é que buscaremos maior compreensão acerca da formação continuada no decorrer da história da educação no Brasil.

Observa-se que ao longo do século XX diversos momentos o processo de formação dos professores no Brasil ganham destaque como por exemplo durante a ditadura militar e no início do movimento de democratização da sociedade e os movimentos de globalização da cultura e da economia (SILVA E FRADE, 1997)¹. Sendo assim, surge a necessidade de formar para o mercado de trabalho um professor considerado como agente responsável pelo atendimento das novas exigências do mundo moderno. Para Romanelli (1978, p. 59)

[...] O capitalismo, notadamente o capitalismo industrial, engendra a necessidade de fornecer conhecimentos a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades do consumo que essa produção acarreta. Ampliar a área social de atuação do sistema capitalista industrial é condição de sobrevivência deste. Ora, isso só é possível na medida em que as populações possuam condições mínimas de concorrer no mercado de trabalho e de consumir. Onde, pois, se desenvolvem relações capitalistas, nasce a necessidade da leitura e da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho.

Percebe-se que as exigências da sociedade industrial determinaram mudanças tanto no sistema de ensino, como na formação dos professores que conseqüentemente passará por modificações para trabalhar com pessoas advindas de diferentes classes sociais. Com o surgimento de novas demandas o Decreto-Lei 8530, de 2 de janeiro de 1946, observa a seguinte finalidade de formação do professorado brasileiro:

Art. 1º. O ensino normal, ramo de ensino do segundo grau, tem as seguintes finalidades:

1. Prover à formação do pessoal docente necessário às escolas primárias.
2. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas.
3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.

1 Apud ALFERES E MAINARDES, 2011, p. 01.

Art.4º[...]Haverá três tipos de estabelecimentos de ensino normal: o curso normal regional, a escola normal e o instituto de educação.

§ 1º Curso normal regional será o estabelecimento destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal.

§ 2º Escola normal será o estabelecimento destinado a dar o curso de segundo ciclo desse ensino, e ciclo ginásial do ensino secundário.

§ 3º Instituto de educação será o estabelecimento que, além dos cursos próprios da escola normal, ministre ensino de especialização do magistério e de habilitação para administradores escolares do grau primário.

Nos anos 60, surgiu a ideia de que o povo poderia construir sua história de acordo com o momento vivido, pois nesse tempo a situação opressora a qual a população se encontrava já não era aceita por muitos revolucionários educacionais. Apesar do surgimento de uma conscientização política, a população continuou à margem do poder, os que tentassem manifestar opinião através de publicações ou letras de músicas eram exilados. A censura tomou conta e a palavra escrita passou a ser proibida, neste caso bibliotecas e livros foram destruídos, visto que o conhecimento era pensado como algo perigoso, pois as pessoas poderiam através de novas ideias realizar possíveis reivindicações.

Nos anos 60, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP promoveu, em colaboração com a direção dos Cursos de Aperfeiçoamento do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, um estudo sobre o tema do aperfeiçoamento docente, realizando questionamentos junto aos professores, com o objetivo de verificar o que pensavam sobre os cursos de formação. (ANDALÓ, 1995)²

Os resultados da pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP demonstraram que 80% dos docentes propunham uma reforma no sentido de se tratar de assuntos práticos de interesse do professor primário; 69% sugeriram que as aulas deveriam partir de problemas reais do cotidiano escolar; 42% opinaram que tais aperfeiçoamentos deveriam ser planejados levando em consideração as sugestões dos docentes; 43% recomendaram mais ênfase nas questões práticas. (ALFERES e MAINARDES, 2011, p. 01).

A década de 70, a luz da modernização social, o educador ainda era visto como técnico em educação. A formação continuada ganha relevo no Brasil e se expande devido ao advento da modernização social, o que exigiu recursos humanos mais qualificados para atender às demandas do governo militar, que enfatizou a necessidade de formar trabalhadores, tornando-se este o principal objetivo da educação na época (ALFERES e MAINARDES, 2011, p. 02).

No final dos anos 1970 (1978), vai ao ar o primeiro programa de aperfeiçoamento de professores que utiliza um sistema de multimeios. Trata-se de “Por um ensino melhor”, que tem como subtítulo: “Treinamento de professores do ensino de 1º grau por multimeios” conforme identifica (FILHO E ALVES 2003).

2 Apud ALFERES E MAINARDES, 2011, p. 01.

Pela primeira vez no Estado de São Paulo utilizam-se a mídia televisiva e a mídia impressa de forma combinada, a partir de convênio assinado entre MEC/Prontel, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e a Fundação Padre Anchieta - TV2 Cultura. Para recepcionar a programação, instalam-se em todo o Estado mais de mil telepostos, cada um sob a responsabilidade de um monitor. O objetivo principal dessa programação era propiciar ao maior número possível de educadores a oportunidade de participar de um processo de atualização pedagógica. O programa voltava-se basicamente para os professores em exercício no primeiro segmento do ensino fundamental. (FILHO e ALVES, 2003, p. 280)

Sobre a questão da formação continuada é explicitado que:

Pesquisadores como Alferes e Mainardes (2011) observam que desde a década de 80, as pesquisas demonstram que a formação continuada oferecida pelos órgãos do Estado aos professores da rede pública quase não tem surtido efeito, pois falta uma política séria de capacitação, visto que as propostas implementadas pelos governos são descontínuas e não atendem às necessidades da escola e dos professores.

A década de 90 apresenta uma abordagem propícia ao desenvolvimento educacional. Se nas décadas anteriores o professor era visto como técnico infalível, nesta década há uma demanda por professorado pesquisador, capaz de exercer papel importante na qualificação da educação, além de ter respaldo em leis que proporcionam direitos e deveres que antigamente não existiam. Nesse sentido, nos anos 90 a formação docente em serviço passou a ser visada com maior ênfase, uma vez que apenas o treinamento pelo qual os professores passavam, não eram suficientes para qualificar o processo de aprendizagem.

O que se observa neste período é o estabelecimento de políticas educacionais focadas em cursos aligeirados sob o formato da organização de Institutos de formação, expandindo o rol de cursos de licenciaturas, do curso normal superior e principalmente de cursos a distância.

Nos anos 90 por exemplo com a nova Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, a formação do professor das séries iniciais foi elevada ao nível superior, fazendo cumprir que essa formação seria realizada em Universidades e Institutos Superiores de Educação, nas licenciaturas e em cursos normais superiores. Os cursos normais de nível médio seriam admitidos como formação mínima, essa informação encontra-se no artigo 62 da LDB 9.394/96

A formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996)

O Programa de Formação de Profissionais da Educação Pública (**PFPEP**) subsidiado pelo governo estadual do Amazonas por exemplo, tem sua gênese

numa política de formação continuada, implementada pela Secretaria de Estado de Educação, com o objetivo de fortalecer o sistema público de ensino e promover a melhoria da qualidade do ensino público por meio do monitoramento e formação dos novos professores e pedagogos. Neste sentido, a Secretaria de Educação estabelece para o ano de 2012 tal Programa com o intuito de avaliar de forma intensiva o desempenho profissional dos novos servidores, nomeados a partir do concurso público realizado em 2011. Nesse sentido, vale observar que a avaliação de desempenho profissional é uma tendência mundial dos governos que buscam ativamente a melhoria da qualidade da educação pública. (SEDUC, PROGRAMA DE ESTÁGIO PROBATÓRIO, s/d).

O principal objetivo é promover a melhoria da qualidade do ensino por meio do monitoramento e formação dos novos professores e pedagogos. Os resultados do programa começarão a ser sentidos imediatamente, principalmente por meio da motivação destes novos profissionais e pelo cuidadoso monitoramento das respectivas atividades nas escolas. E persistirão em longo prazo, pois até julho de 2014 acontecerá um extenso programa de formação de profissionais da educação pública (PFPEP), com realização de grandes seminários presenciais em Manaus em teleconferência com todos os 61 municípios do interior do estado; combinado com modernos recursos de Educação a Distância. (SEDUC, s/d)³.

Sob os moldes da modalidade de Educação a Distância o PFPEP estabelece um curso de aperfeiçoamento amparado por uma metodologia de funcionamento que se configura pela proposição de atividades como “Fórum de discussão”, “Atividades on-line”, pautadas na apresentação de questionários – ambos com duração quinzenal. A plataforma em análise dispõe de pelo menos duas atividades on line por semestre além da realização de um Seminário presencial e da indicação de uma Avaliação – sendo ambas ações de caráter presencial na fase de conclusão de cada módulo. Tal curso a distância oferece um conjunto de materiais didáticos compostos de 4 guias de estudos. O gerenciamento e a oferta da plataforma esta sob a coordenação eletrônica do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação⁴ da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Nesse sentido o Conteúdo do curso destinado aos educadores em estágio probatório se organiza em 4 volumes. No Volume I denominado “Avaliação”, o objetivo é proporcionar ao professorado uma discussão

3 Informações gerais sobre o programa de formação disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/servicos/publicacoes/estagio-probatorio/>

4 Conforme informações disponíveis no site, o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED) vinculado a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) realiza programas de avaliação educacional, tanto na formação de especialistas na área de gestão da educação pública quanto no desenvolvimento de tecnologias de administração escolar. O CAED atua junto ao Governo Federal, Estados, Municípios, instituições e fundações na proposição de avaliações de larga escala com o desenvolvimento de medidas de desempenho e na pesquisa de fatores intra e extraescolares associados ao desempenho. Seu objetivo central se configura por oferecer dados e informações fundamentais capazes de subsidiar ações de melhoria da qualidade da educação e equidade nas oportunidades educacionais. A Unidade de Formação oferece curso de especialização e de aperfeiçoamento com o intuito de criar estratégias que contribuam com a melhoria da qualidade do ensino público em nosso país. Informações sobre o CAED estão disponíveis no site a seguir: (<http://www.formacao.caeduff.net>)

sobre a importância do Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas – SADEAM, dos Indicadores educacionais no Brasil e no mundo bem como dos reflexos da Avaliação educacional interna, externa, de pequena ou grande escala. Já o Volume II, pautado na categoria “Currículo”, o objetivo é situar o professor, nos debates sobre currículo e políticas curriculares, de maneira que possa assumir um papel ativo na discussão sobre “o que” e “como” e “para que” se ensina visando a construção do projeto pedagógico da escola bem como das recentes mudanças processadas nas políticas curriculares da Educação Básica a partir da aprovação das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais. Por se tratar de um tema atual, o volume se utiliza de documentos legais, dados obtidos por meio de entrevistas com agentes direta ou indiretamente envolvidos na produção das referidas políticas além de trabalhos mais teóricos de autores especialistas sobre o tema. O Volume III apresenta os principais elementos do marco constitucional de 1988 e sua influência na produção e implementação de políticas públicas na área da educação. Com destaque para a responsabilidade docente frente ao cumprimento da legislação educacional vigente este volume de estudo contempla categorias de análise como “poder”, “legitimidade”, “Estado”, “governo”, “democracia”, “política” além de outras amplamente revisitadas. O volume IV denominado Gestão Escolar finaliza o processo de estudo do cursista participante do PFPEP e informa aos professores sobre a gestão autoritária e democrática, contextualizando que a organização da escola tenha seu princípio no Projeto Político Pedagógico, o qual deve ser construído levando em conta, dentre outros aspectos, a diversidade cultural dos grupos que a procuram e à participação responsável de todos na sua efetivação, a partir do compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais significativos.

O que se observa com esta pesquisa é que se de um lado CNE regula as normas gerais de funcionamento dos cursos de formação em serviço por outro lado se observa que a Instrução Normativa de nº 004/2012 (SEDUC) disciplina procedimentos e define critérios para a implementação do Processo de Avaliação de Desempenho dos Servidores da Carreira do Magistério em Estágio Probatório da Secretaria de Estado da Educação do Amazonas (SEDUC). Neste caso tal instrução normativa da SEDUC inaugura e vincula a “Formação em Serviço” como um dos critérios de cumprimento do Estágio Probatório em curso.

[...] a todo servidor, ano a ano, será aplicado treinamento de Formação em Serviço, oferecido pela Secretaria de Educação (SEDUC), de participação compulsória do servidor sujeito a Estágio Probatório, quando ao final de cada treinamento, será atribuída ao servidor, uma nota resultante da média das notas atribuídas, por critérios de participação, somada ao resultado da avaliação escrita. b) A avaliação do aproveitamento do servidor, no Treinamento de Formação em Serviço, será de responsabilidade da equipe ou setor executor do treinamento. c) O resultado da avaliação do Treinamento de Formação em Serviço deverá ser encaminhado pela equipe ou setor executor, à Comissão Central do Estágio Probatório, no prazo de

10 dias úteis, contados da data de encerramento do treinamento. d) No caso de a Secretaria de Educação (SEDUC) não oferecer o Treinamento de Formação em Serviço ou não remeter as notas, no prazo acima informado, prevalecerá como nota do servidor, à média distribuída, pela somatória da aula prática, da auto-avaliação e da avaliação geral. [...] (INSTRUÇÃO NORMATIVA /SEDUC Nº 004/2012)

Durante o período de Estágio Probatório, cada membro da Comissão Escolar, seguindo um roteiro de observação, definido pela Comissão Central, avaliará periodicamente, pelo menos, uma aula prática do professor. A proposta da Instrução Normativa é que a Avaliação Geral dos educadores seja subsidiada por fichas sistematizadas durante todo o processo de Estágio Probatório e ao final deste percurso seja atribuída uma nota que represente a somatória da aula prática, do auto avaliação e sobretudo da nota de participação do curso de “Formação em serviço”, quando houver.

CONCLUSÃO

O tema em análise nos leva a considerar, como bem observa Torres e Corullón (2000), que tanto a formação inicial como a capacitação em serviço embora façam parte de etapas diferentes ambos corroboram e se completam no tocante a profissionalização, a atualização e qualificação permanente do ofício docente, por outro lado vale observar que a formação em serviço, não é o único fator que proporciona melhoria ao processo educacional, pois as condições adequadas de trabalho, experiência docente, recursos pedagógicos e salário também influenciam na qualificação deste complexo processo. O nosso desafio neste caso reside no fato de dar andamento a esta investigação a fim de identificar o posicionamento docente frente ao curso ofertado pelo PFPEP sem desconsiderar os desafios enfrentados por cada um deles na sua prática escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. (CNE) Resolução, Nº 2 de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em nível superior e para a Formação Continuada.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (SEDUC). PROGRAMA DE ESTÁGIO PROBATÓRIO. Folder explicativo sobre o Programa de Formação em serviço. Disponível em:

<http://www.educacao.am.gov.br/servicos/publicacoes/estagio-probatorio/>

_____. Informações Gerais sobre o Programa de Formação em serviço. s/d. Disponível em:

<http://www.educacao.am.gov.br/servicos/publicacoes/estagio-probatorio/>

_____. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2012. Disciplina procedimentos e define critérios para a

implementação do Processo de Avaliação de Desempenho dos Servidores da Carreira do Magistério em Estágio Probatório.

TORRES, Rosa Maria; CORULLÓN, Mónica. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. 2. ed. São Paulo: Cortez, (2000).

ALFERES, M. A. MAINARDES, J. A formação continuada de professores no Brasil. In Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação sediado na Universidade Estadual de Maringá entre os dias 26 e 27 de maio de 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 8. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. Disponível em: <bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb5ed.pdf?> Acesso em: 10 dez. 2014.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10 fev. 2016.

BIZZO, Paulo Sérgio Garcia Nelio. Formação Contínua A Distância: Gestão Da Aprendizagem E Dificuldades Dos Professores. Cadernos De Pesquisa v. 43 nº 149 p. 662- 681 maio/agosto de 2013.

Disponível em: [file:///C:/Windows/system32/config/systemprofile/Downloads/2670-10149-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Windows/system32/config/systemprofile/Downloads/2670-10149-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 15 fev 2016.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. (CNE) **Resolução, n.2**, de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada.

FERREIRA, Diego Jorge. Universidade e Formação Continuada de Professores: entre as possibilidades e as ações. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2007.

FILHO, João Cardoso Palma, ALVES, Maria Leila. Formação Continuada: Memórias. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (ORG). Formação de educadores desafios e perspectivas. São Paulo: UNESP, 2003. P. 279-296.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Brasília: DF, 1996. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/> Acesso em: 15 Dez 2015.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Brasília: DF, 2007. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/> Acesso em: 20 Dez 2015.

GTPE/ADUFPA. CADERNO DE TEXTOS 35º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional. Curitiba/PR, 25 a 30 de janeiro de 2016.

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

GAMBOA, Sílvio Sánches. Pesquisa em educação: métodos e epistemologias. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

GIROUX, Henry A. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MENDONÇA, Patrícia Ramos, VELOSO, Najla. Avaliando a formação de educadores para a diversidade: a análise de duas experiências de formação continuada. In: TELES, Jorge Luiz, MENDONÇA, Patrícia Ramos. Diversidade na Educação: experiências de formação continuada de professores. 1 ed. 2006. P. 13-80.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TORRES, Rosa Maria; CORULLÓN, Mónica. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. 2. ed. São Paulo: Cortez, (2000).

PEE/AM – PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS. Brasília: DF, 2015

PNE - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Brasília: DF, 2014.

Disponível: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 01 Set 2015.

ZEICHNER, Kenneth M. Formando professores reflexivos para a educação centrada no aluno: possibilidades e contradições. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (ORG). Formação de educadores desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2003. P. 34-55.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 127, 175, 237, 324, 326, 327, 328, 329, 332, 333, 334, 335, 336, 337

Ambientes virtuais 131, 133, 140, 167, 174

Analogias 113, 114, 117, 118, 122, 123, 124, 127, 277

Átomos 113, 114, 116, 117, 119, 121, 122, 123, 126, 127

B

Brinquedo 158, 161, 162, 164, 294

C

Capitalismo 12, 67, 95, 99, 101

Cartografia 54, 56, 57, 62, 65, 67

Criança 1, 2, 3, 4, 6, 22, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 55, 68, 69, 70, 72, 73, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 106, 111, 112, 133, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 184, 200, 203, 204, 205, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 287, 288, 289, 290, 292, 294, 295, 299, 305, 306, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337

D

Desenvolvimento profissional 129, 301

E

Educação a distância 15, 113, 134, 141, 142, 167, 168, 169, 170, 172, 175, 176, 177, 273, 274, 285

Educação de qualidade 9, 26, 28, 49

Educação inclusiva adaptação curricular 21

Educação infantil 4, 14, 46, 69, 70, 71, 73, 74, 78, 158, 159, 160, 165, 166

Educação profissional 143, 144, 145, 146, 147, 148, 155, 156, 157, 237, 314, 322, 323

Ensino de química 113, 117, 118, 127, 128, 263, 267, 268, 269, 270, 272

Escrita 12, 13, 16, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 110, 120, 135, 151, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 332, 333, 334, 335, 336, 337

Estágios morais 95, 101, 102, 103

Estratégia 3, 4, 7, 8, 53, 117, 167, 214, 236, 320

Exclusão 45, 99, 101, 104, 105, 110, 184, 189, 198, 221, 229, 326, 327

F

Formação de professores 32, 43, 48, 143, 144, 146, 147, 148, 152, 154, 155, 156, 157, 185, 252, 284, 285, 301, 305, 306, 311

Formação em serviço 9, 11, 16, 17

G

Gênero 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 191, 217

Gestão democrática 75, 76, 77, 84, 85, 89, 94

I

Inclusão 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 49, 80, 99, 105, 106, 121, 155, 184, 196, 203, 210, 221, 230, 237, 241, 267, 286, 287, 289, 290, 291, 292, 309

Infância 8, 12, 22, 37, 63, 67, 68, 95, 96, 97, 98, 100, 104, 159, 166, 240, 289

L

Leitura 11, 12, 25, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 68, 76, 83, 89, 107, 110, 121, 122, 137, 146, 211, 212, 217, 223, 257, 278, 324, 329, 330, 333, 334, 335, 336

Letramento 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 324, 326, 327, 329, 331

Linearidade 75, 85, 88

M

Mídias sociais 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141

Modelo quântico 113, 119, 122

P

Paulo Freire 36, 69, 70, 71, 109, 276

Pesquisas em educação e artes 54

Planejamento escolar 28, 75

Políticas de formação continuada 9

Políticas públicas 1, 11, 12, 15, 16, 32, 105, 169, 184, 185, 189, 191, 195, 198, 226, 230, 240, 250, 251, 252, 264, 270, 271, 315, 318, 319

Práticas de uso 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138

Práticas docentes 34, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 150, 283

Professora – tia 69

R

Regimento escolar 75, 77

S

Saúde na escola 1, 3, 4, 6, 7

T

Tecnológica 78, 93, 127, 143, 144, 145, 146, 147, 156, 157, 254, 262, 265, 266, 269, 276, 314, 315, 317, 323

Transtorno do espectro autista 20, 21, 22, 23, 33, 286, 287, 288

 **Atena**
Editora

2 0 2 0